

Museus, Museologia e a Memória dos Idosos: ¹ Uma análise do Capítulo I do trabalho de conclusão do curso de Museologia intitulado: Pensando um Museu de Idosos: Processo Comunitário de Implantação do Museu dos Idosos do Brasil – MAIB

Janice de Almeida Matteucci²

Museums, Museology, and the Memory of the Elderly: An analysis of Chapter I of the Museology course conclusion work entitled: Thinking about a Museum for the Elderly: Community Implementation Process of the Museum of the Elderly of Brazil – MAIB

Introdução

“Nos museus comunitários, são atores todos aqueles que, ao mesmo tempo, vivem e fazem da vida objeto musealizado, ou patrimônio que é simultaneamente vivido e observado no presente”. Bruno Brulon (2015)

Este artigo, bebendo na fonte do Capítulo I do Trabalho de Conclusão de Curso "Pensando um Museu de Idosos: Processo Comunitário de Implantação do Museu dos Idosos do Brasil – MAIB", se propõe a aprofundar no texto em questão e olhar nos olhos da realidade social do idoso no Brasil, vislumbrando o potencial da museologia como ferramenta para que suas memórias sejam sementes, e não folhas ao vento, contribuindo para o amanhecer de uma sociedade mais justa e acolhedora. Na esteira da escrita, com esta tentativa de poetizar o texto, segue abaixo a narrativa.

Partindo da citação em epígrafe, apresento aqui o Capítulo I do trabalho de conclusão do curso de museologia em uma Universidade Pública no estado de Goiás finalizado em 2017 que teve como título como foi citado na parágrafo acima “Pensando um Museu de Idosos: Processo Comunitário de Implantação do Museu dos Idosos do Brasil: Maib”, sendo dividido pelos subtítulos: Realidade Social, conquistas e direitos dos idosos no Brasil; ser idoso no Brasil e Memória a guardiã infiel das coisas que pensamos. Um trabalho desenvolvido durante o último

¹ Este artigo traz em sua texto o I capítulo do trabalho de conclusão do curso de Museologia realizado em uma universidade pública no Brasil, na cidade de Goiânia Goiás, pela autora que escreve este texto, no qual acrescentou atualizações necessárias devido a passagem do tempo. Entretanto algumas partes foram inseridas no corpo do texto, conforme apresentado no trabalho em questão.

² Doutoranda em Arte, Cultura e Tecnologias na Universidade Federal de Goiás -UFG, Mestre em Performances Culturais - UFG, Especialista em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania - UFG, graduação em Museologia- UFG e graduação em Educação Física pela Universidade Estadual de Goiás. Museóloga proprietária da empresa de consultoria- Matteucci Consultoria e Serviços Ltda, conselheira voluntária em assuntos administrativos do conselho regional de museologia 4 região. Atualmente atua como museóloga - Ponto de Memória Tecendo a Vida, Tutora no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Patrimonial: escolas, museus e comunidades - UFG. Tem experiência na área de Museologia, atuando principalmente nos seguintes temas: museu, museologia, idosos, memória e envelhecimento, performances culturais, plano Museológico. <https://orcid.org/0000-0001-8976-5373>, janicematteucci@gmail.com

período da graduação, que resultou no trabalho que agora apresento neste artigo. A ideia do museu surge através de minha vivência junto a instituição, devido ao trabalho voluntário desenvolvido pela assistente social de minha convivência, que travava uma luta por junto aos órgãos governamentais como também entidades privadas por recursos para manter as atividades ofertadas para a pessoa idosa, público atendido na Associação dos Idosos do Brasil, na cidade de Goiânia. Com os novos conhecimentos adquiridos no curso de Museologia atentei para esta possibilidade de se criar o museu, como uma ferramenta auxiliar neste processo, afinal nesta sociedade contemporânea, o título Museu tem uma representatividade maior em relação ao título Associação, e assim teve início este processo.

Na época estava cursando a disciplina de legislação em museus e relatei ao professor a problemática, e este se prontificou fazer uma visita a associação para analisar se de fato seria possível a realização deste projeto de se criar este museu de idosos. E assim foi feito. Marcamos a data com a assistente técnica da associação e realizamos a visitação, na qual concluímos que de fato, ali existia toda estrutura para formalização de um museu comunitário. Expusemos para diretoria nossa conclusão que foi acolhida e iniciamos o processo de criação do Museu. Conteí na época com a colaboração também voluntária, pois a minha também foi voluntária, de dois colegas de curso: Joaquim de Freitas Nascimento e Deusimar de Jesus, este segundo infelizmente veio a falecer e não conseguiu ver a finalização da criação.

Iniciamos com o inventário da instituição, higienização de alguns acervos, levantamento de documentação e organização do acervo de fotografias, trabalho desenvolvido por nós três que íamos semanalmente ao local. O reconhecimento do nosso trabalho foi demonstrado com a destinação de uma sala para museologia. Organizamos uma feijoada para angariar recursos para pagamento de despesas urgentes naquele momento, tema de outro capítulo do trabalho que pretendo publicar em outro artigo, entretanto creio ser necessário adentrar no capítulo três, no qual narro como foi o processo de criação da associação, como sempre de disputas.

Antes de trazer este assunto ao artigo, apontarei aqui os autores que me auxiliaram fundamentação teórica na escrita deste primeiro capítulo que iniciou traçando a realidade social das pessoas idosas(os), no qual foi abordado, inicialmente, o processo de envelhecimento e o despreparo do Estado e da sociedade brasileira para esta realidade, hoje tão presente em nosso país. Estamos deixando de ser apenas um país jovem, como éramos conhecidos, possuindo atualmente uma significativa população de idosos, e este crescimento ocorre de forma acelerada. Hoje nascem menos pessoas, com isto a diferença entre jovens e idosos(as) aumentou drasticamente. Aspectos biológicos sociais e psicológicos, também serão abordados, o caminhar de passos lentos, nos cabelos cor de nuvens. O que é ser idoso no Brasil, no Estado de Goiás e em Goiânia. As atividades a eles destinadas pelo Estado, seus direitos garantidos na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso são aplicados? As políticas públicas e a forma como a sociedade hoje observa este idoso(a) e o que esta mesma sociedade oferece ao idoso(a), como viagens, clínicas, associações. Os fomentos destinados as associações como forma de assistência social ocorrem de forma desastrosa, continua sendo um entrave para um melhor atendimento a esta população, tão importante para nossa sociedade, afinal estes são portadores de memórias.

O que é memória afinal? Santo Agostinho escreveu- “ser ela a guardiã infiel das coisas que pensamos”. Nem sempre lembrar é prazeroso. Memória é lembrar e esquecer. É a capacidade de guardar o que o tempo insiste em apagar. Desde a Grécia já se discutiam memórias. Mnemósine, mãe das Musas, protetora das Artes e da História, tinham a memória como poder sobrenatural, divino. Poetas e adivinhos, eram presenteados por ela com os dons de voltar ao passado, de relembrar. Ao falarmos de memórias, nos atentamos que estas nem sempre são individuais, podendo ser também construções coletivas como escreve Halbwachs, autor que contribuiu no capítulo da memória, “Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (Halbwachs, 2013, p. 31).

Ecléa Bosi (1979), outra autora presente no trabalho, através de sua obra “Memória e sociedade: lembranças de velhos” (1979) no qual a mesma entrevistou trabalhadores idosos na cidade de São Paulo, apresenta-nos como a natureza da cultura se manifesta por meio de relatos individuais. Marilena Chauí, filósofa e escritora, responsável pela introdução do livro, interpela: O que é, pois, ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagregará na medida que a memória vai se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si, mas somente para o outro. Este outro é um opressor (Chauí apud Bosi, 1979, p. 18).

Apresentar as novas tipologia de museus é o que segue na esteira da escrita, afinal, este museu que aqui está sendo apresentado, difere dos museus “tradicionais”. Os Museus conhecidos pelo senso comum como guardiões de memórias, o que de fato o é, mas vai além desta função, alçam voos para atender as demandas que a sociedade em sua evolução necessita e se torna essencial, uma museologia voltada para a comunidade, com e para a comunidade, conhecida como Museologia Social, Museologia Comunitária, Nova Museologia, Sociomuseologia, enfim, cada país adotou um termo que mais se adequou a sua realidade, e no caso do Brasil o termo mais utilizado é a Museologia Social, termo com o qual me identifico.. Estas novas formas de preservação de memórias se apresentam com novos formatos de museus, os objetos deixam de ser protagonistas, isto é, continuam com seu papel de dar significado, documentar e representar acontecimentos, períodos, fatos, entre outros, mas abrem espaço para que os indivíduos com seus relatos, saberes, suas criações, vivências passem a figurar com maior ênfase, dando lugar ao ser humano, as sociedades, as comunidades. Um museu feito com participação da sociedade, com o ser humano, este o principal protagonista a ser comunicado, exposto, documentado, registrado, neste caso, dos idosos da cidade de Goiânia. Adentrando o capítulo três, apresento como nasceu a AIB.

O Aflorar da Associação dos Idoso do Brasil – AIB

Esta Associação nasceu da resistência do grupo de idosos, mas vamos começar do início, pois o prédio no qual ela situa, faz parte da construção inicial da cidade. Dona Gercina, primeira-dama, no governo de Pedro Ludovico Teixeira, responsável pela construção e transferência da capital do Estado para cidade de Goiânia. Ela iniciou seus trabalhos de atendimento social, no prédio onde nasceu a associação, que foi construído na época para abrigar a LBA - Legião Brasileira de Assistência Social, órgão criado para prestar assistência as famílias cujos pais haviam ido para guerra, conhecidos como pracinhas. Este projeto constava de cursos de formação para as famílias, denominado educação para o trabalho, com aulas de sapataria, corte costura, arte culinária. Neste prédio também funcionou um orfanato, coordenado pelas freiras das capelas da região da Ordem Cristo Redentor. Com a cidade em processo de desenvolvimento, o prédio passa então a dividir suas dependências com o Ensino Supletivo, e posteriormente a financiar projetos para microempresas.

Ali funcionava também grupos, entre estes um grupo de idosos (as). As instituições de Estado, geralmente passam por mudanças administrativas, e neste período ocorreu alterações e uma nova legislação, afetando a LBA que na época além de fornecer cursos e assistência em geral, distribuía recursos as entidades cadastradas. Entretanto, este repasse deixou de ser executado pela instituição, passando a ser feito pela prefeitura para cada órgão de forma direta. Com estas novas mudanças nas normas de distribuição, de funções e verbas determinadas pelo governo, é vedado a LBA receber idosos (as) em suas instalações.

Este grupo de idosos (as) que já se reunia no prédio, passam a ter dificuldades de permanecer no mesmo. Fica então proibido a utilização da sala que eles faziam suas reuniões e estes passam a se encontrar embaixo do pé de manga. Inicia-se então um movimento entre eles, os idosos(as), de conseguirem de volta seus direitos, sua sala. Ameaçam ir a um programa na época chamado Goiânia Urgente, e fariam uma denúncia pública. Marly Fernandes de Assis, assistente social que acompanhava os mesmos, é chamada pela direção da LBA, e o próprio alerta acerca da possibilidade da denúncia. A mesma responde a ele, que irá acompanhá-los ao

programa caso o ato se realize. Com isto, ele cede uma sala e um banheiro para que eles voltem a se reunir, pois até a utilização do banheiro havia sido proibida.

Continuaram então seus trabalhos no prédio e a LBA é transferida para Avenida Anhanguera e posteriormente para o Setor Universitário. Os idosos(as), então, trocam as fechaduras e começaram a ocupar as salas com diferentes atividades. Neste período ocorria o crescimento e o fortalecimento do trabalho com idosos (as) no Brasil. A Associação, sendo uma das pioneiras nesta área de atuação, recebia pessoas de diferentes estados que a procuravam em busca destes conhecimentos. Ter a posse legítima do edifício, foi o próximo objetivo. Incentivados por diversas pessoas que vieram a conhecer o trabalho por eles desenvolvidos, estes oferecem para auxiliá-los na busca desta legitimação, auxiliando através da organização dos documentos necessários e o repasse de verbas para sua subsistência.

Após diversas visitas a Brasília, junto ao Governo Federal, finalmente conseguem efetivar o convênio, e passam a receber uma importância para cada idoso (a), e a legitimação da posse do prédio. Nesta época surge também grupos de idosos (as) nas mais diferentes regiões da cidade. Em novembro de 1989, com o auxílio do advogado da LBA, realiza-se a primeira reunião no auditório da LBA no Setor Universitário, sendo então formulado o estatuto, oficializando a AIB – Associação de Idosos do Brasil. Em janeiro de 1990 foi registrado em cartório tendo como sua primeira diretora Maria Rodrigues Cassimiro. Este foi o processo no qual surgiu uma das primeiras instituições no Brasil, no atendimento da pessoa idosa, sendo referência no trabalho, recebendo profissionais de outros estados para conhecer e aprender com os profissionais que atuavam na associação.

CAPÍTULO I

1 MUSEUS, MUSEOLOGIA E A MEMÓRIA DOS IDOSOS

1.1 Realidade Social

Ao refletirmos sobre o envelhecimento populacional, nos deparamos com um movimento que avança sobre continentes, redesenhando o mapa social, econômico e cultural em escala global. No Brasil, essa transição demográfica flui com uma rapidez que desafia as margens das estruturas sociais e das políticas públicas, instando-as a se adaptarem a uma paisagem onde a presença dos mais velhos se torna cada vez mais presente. Outrora visto como um país jovem, o Brasil se vê agora diante do espelho, refletindo a urgência de repensar o lugar do idoso na sociedade, de acolher suas necessidades e, sobretudo, de se maravilhar com este novo contexto de cidade, na qual com o crescente aumento populacional deste grupo, se faz presente nos espaços públicos, valorizando e viabilizando a participação da pessoa idosa, que carrega consigo suas experiências e memórias.

Neste processo acelerado do envelhecimento na ordem mundial, a Organização Mundial da Saúde (OMS) adverte sobre a complexidade desse movimento, advertindo que estas mudanças atingem o ser biologicamente, socialmente e psicologicamente, e promove um programa denominado “Envelhecimento Saudável”, projeto este que contempla as diversidades da velhice. Estes processos são retratados muitas nos espaços urbanos com matizes que exigem pinceladas integradas e sensíveis para garantir a beleza e a dignidade do quadro da vida que o processo de alcançar 60 anos ou mais propicia ao ser humano. Ressalto que a legislação brasileira, determina que o indivíduo ao completar 60 anos, é considerado pessoa idosa, normativa que consta no Estatuto da Pessoa Idosa³, Lei Nº 10.741 de outubro de 2003, uma conquista conquistada por eles, e difere dos países considerados de primeiro mundo ou desenvolvidos, onde para esta classificação é 65 anos de idade, e já tem atualmente países adotando 70 anos. Estas conquistas advêm da melhoria em políticas públicas de saúde, saneamento básico, entre outras, que proporcionou consideravelmente o aumento da expectativa de vida da população, acarretando também adaptações que ainda engatinham mundo afora. Uma paisagem na qual os cabelos cor de neve se destacam com os muitos tons

³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm Acessado dia 05/01/2026

existentes nas cores naturais dos cabelos pelas ruas das cidades. O ritmo da urbe também entra no roteiro, pois muitos deles caminham sem pressa, afinal o tempo agora é outro, agora mais Chronos, mais voltado pela qualidade do tempo.

Nesse cenário, a figura do idoso, tantas vezes relegada às sombras do estigma e da marginalização, revela-se como um arquivo de sabedoria e memória. A reflexão sobre o que é envelhecer e como a sociedade dança com a velhice é o cerne para compreender os desafios e as clareiras que se abrem. Veras (1994) nos convida a questionar a rigidez do termo "velhice", apontando para a fluidez de suas fronteiras fisiológicas, psicológicas e sociais.

velhice é um termo impreciso, e sua realidade difícil de perceber. Quando uma pessoa se torna velha? Aos 50, 60, 65 ou 70 anos? Nada flutua mais do que os limites da velhice em termos de complexidade fisiológica, psicológica e social. Uma pessoa é tão velha quanto as suas artérias, seu cérebro, seu coração, seu moral ou sua situação civil? Ou é a maneira pela qual outras pessoas passam a encarar certas características que classifica as pessoas como Velhas? (Veras, 1994, p 25).

Tal perspectiva de prolongamento da capacidade de envelhecer, é um sopro que pode desmanchar os preconceitos, conhecido atualmente como idadismo, abrindo espaço para uma visão mais vasta e digna do envelhecer, que celebra a diversidade de cada jornada e a singularidade de cada ser, pois assim é a realidade brasileira, um envelhecimento com diferenças sociais e regionais muito acentuadas.

Neste sentido do envelhecer, a memória é um vasto campo que tem potencial a ser explorado e salvaguardado, quer seja em museus, quer seja em livros, filmes, fotografias. Segundo Santo Agostinho, autor citado no trabalho de conclusão de curso ao trazer a memória da pessoa idosa para o debate no texto, ali, na memória encontramos os conhecimentos, os sentimentos, as percepções:

Santo Agostinho em sua obra *Confissões* escreve: Chego aos campos e vastos palácios da memória, onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie... Ali repousa tudo o que a ela foi entregue, que o esquecimento ainda não absorveu nem sepultou.... Aí estão presentes o céu, a terra e o mar, com todos os pormenores que neles pude perceber pelos sentidos, exceto os que esqueci. É lá que me encontro a mim mesmo, e recordo das ações que fiz, o seu tempo, lugar, e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-las. É lá que estão também todos os conhecimentos que recordo, aprendidos pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem. (Agostinho.2023, p.95 apud Matteucci, 2017, p 22).

Ecléa Bosi (1979), outra autora citada no trabalho trazendo sua obra "Memória e Sociedade- Lembranças de Velhos" salvaguardou as memórias de pessoas que atuaram na construção da cidade de São Paulo através das entrevistas relatadas em seu texto. Este livro teve sua primeira edição em 1979, resultado de sua tese de livre-docência, apresentando uma singular reflexão realizada a partir de entrevistas aprofundadas com oito pessoas idosas, com idades maiores de setenta anos. Pessoas estas que viveram desde a infância na cidade de São Paulo. Esta metodologia por ela utilizada resulta em uma história revisitada da cidade através da memória social de sujeitos que participaram de sua construção. Dar a voz aos mais velhos em que para a cultura revela em sua essência, enquanto Chauí (1979), em sua reverência à obra de Bosi, nos interpela sobre a condição do idoso na sociedade capitalista, um ser tantas vezes silenciado, "impedido de lembrar e de ensinar".

Memórias não são ilhas, mas mares, construções sociais tecidas e guardadas pelos grupos. Assim, honrar a memória das pessoas idosas transcende o respeito, é um ato vital que nutre e promove o florescimento do patrimônio cultural e social de uma nação na qual eles participaram direta e indiretamente.

1.2 Ser Idoso no Brasil

Historicamente, a legislação brasileira demorou a voltar seu olhar para os mais velhos. Apenas com a Constituição de 1988 e, de forma decisiva, com o Estatuto do Idoso em 2003, os direitos dessa população ganharam um porto seguro na lei. O Estatuto é uma carta de intenções que visa garantir não apenas a sobrevivência, mas a plenitude da vida, com direitos à proteção, integridade, educação, liberdade e dignidade.

Desde a Constituição de 1824 até a de 1988, o Brasil adotou sete Constituições Federais, sendo que, somente na Constituições de 1934 e 1988 a figura do idosos(a) é mencionada. A Constituição de 1934 foi a pioneira apresentando o tratamento da pessoa idosa e a relação com a velhice, devido a necessidades advindas dos fatores previdenciários. As constituições seguintes reiteram, sendo que somente a partir da Constituição de 1988, dispõe que a família e o Estado possuem obrigações perante a pessoa idosa. Ainda objetivando uma melhor qualidade de vida as pessoas idosas, suas reivindicações são alcançadas e finalmente em 2003 é lançado o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de outubro de 2003.

“Art. 1º É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.” (NR)

“Art. 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.” (NR)

“Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária

Com seus 23 anos de existência⁴, traz em seu texto, artigos destinados a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, garantia de direitos fundamentais, proteção, integridade física, mental, seu aperfeiçoamento moral e intelectual. Direitos a alimentação, a educação, ao trabalho, liberdade, respeito a convivência familiar direito à cidadania. Seu objetivo é uma legislação que garanta melhor qualidade de vida ao idoso(a) no Brasil, e auxiliar a criação de políticas públicas voltadas ao idoso(a). Em seus artigos ficam definidos direitos que também constam na Constituição Federal de 1988, e na Declaração de Direitos Humanos. Dignidade, direitos fundamentais como saúde, educação, lazer, alimentação, entre outros. Mas a realidade ainda está distante de ser alcançada.

O Estatuto da Pessoa Idosa se tornou uma ferramenta primordial para dar independência a esta população, da mesma forma em que vem para garantir o tratamento especial e prioritário para os que dele necessita. Contudo, entre a letra da lei e a melodia da vida, ainda há um descompasso, ainda existem arestas a serem aparadas e ajustadas, como as áreas da saúde, moradia, lazer, renda. “A prioridade ao idoso no SUS é parcial, e a política de reajuste do salário-

⁴ Atualizei para o período atual desta escrita, que diferencia da época da apresentação do trabalho que era de 14 anos.

mínimo prejudica o aposentado que ganha mais de um salário”, aponta o diretor da Cobap⁵, Gilson Matos. Exclusividade nas filas, passagens gratuitas em ônibus interestaduais e municipais, são algumas das conquistas alcançadas, mas ainda não garante a dignidade de tratamento e o respeito da maior parte da sociedade em relação a esta população de idosos(a).

Ecléa Bosi (1979), em seu trabalho baseado em colher memória de velhos, apresenta-nos como a natureza da cultura se manifesta por meio de relatos individuais. Marilena Chauí, autora da apresentação do livro “Memória e Sociedade: lembrança de velhos”, interpela: O que é, pois, ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagregará na medida que a memória vai se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si, mas somente para o outro. Este outro é um opressor (Chauí apud Bosi, 1979, p. 18). Atualmente, podemos observar que existe uma parcela de idosos que conseguem usufruir o resultado de seu trabalho, com a participação de programas direcionados a este público específico. Agências de viagens programas passeios, excursões, palestras, cursos. Alguns voltaram a estudar ou voltaram para o mercado de trabalho. A população de baixa renda, vem na contramão, pois as políticas públicas não acompanham o crescimento populacional de idosos (a), com infraestrutura cada dia mais precária na saúde e nas políticas de aposentadoria.

Com as políticas antissociais do então “governo “Temer, este alterou três artigos da lei 10.741, de 2003, Estatuto do Idoso(a), para reforçar a prioridade a pessoas acima de 80 anos. De acordo com a mudança, “dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de oitenta anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.” O que anteriormente valia a partir de 60 anos, agora vale a partir de 80, pois no estatuto, a prioridade é a democrática igualdade no tratamento para todos. Com a alteração ocorrida no estatuto, os idosos acima de oitenta poderão ser atendidos prioritariamente em relação aos sexagenários e septuagenários, também considerados idosos. Provavelmente visando a alteração do projeto de previdência social em andamento, onde pretende aumentar a idade de contribuição dos pensionistas, que passarão a contribuir por mais tempo de trabalho previsto para se aposentarem. “[...] os costumes modernos repousam sobre camadas antigas que afloram em mais de um lugar” (Halbwachs, 2006, p. 87).

O Brasil, segundo o relatório de qualidade de vida para idosos do Global Age Watch 2014, ocupa a 58ª em um ranking de 96 países. Para chegar nesse resultado, a pesquisa levou em consideração fatores como expectativa de vida. Mesmo com este processo ocorrendo a passos largos, as famílias brasileiras, como os poderes públicos ainda não estão preparados para o envelhecimento da população. Os cursos relacionados a geriatria ainda estão longe de atender as necessidades atuais, com isto existe uma grande carência de profissionais para exercer esta forma de trabalho. Os custos também são muito altos, pois com a carência de profissionais, os que existem estão sobrecarregados e oneram ainda mais os custos. Muitas famílias não possuem condições de arcar com as despesas que possam ocorrer, e as políticas públicas praticamente não existem para sanar este tipo de problema.

Casas de saúde especializada em tratamento de idosos(a) ainda é um sonho a ser perseguido. Com todos estes fatores negativos, e vendo a necessidade aos nossos olhos, algumas comunidades se mobilizaram e criaram associações de idosos(as) em diversas regiões do Brasil, e dedicam seu trabalho com estes, onde procuram inserir os mesmos ao convívio com seus iguais, através de diferentes atividades socioculturais divididas entre atividades físicas, palestras educativas e informativas, cursos de artesanato, música, viagens, festas tradicionais, entre outras. Algumas conseguem verba dos governos, sendo que estas geralmente não são suficientes para cobrir as despesas essenciais para seu funcionamento, obrigando as mesmas a buscarem diferentes estratégias para seu sustento. Outras sobrevivem através de trabalho voluntário, venda de produtos fabricados pelos idosos(as), doações. Rememorar, valorizar,

⁵ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/aos-10-anos-estatuto-do-idoso>.

ressignificar as memórias dos idosos(as), um patrimônio imaterial importante para as gerações vindouras. No próximo capítulo iremos abordar “o que é memória?”

1.3 Memória: Guardiã Infiel das Coisas que pensamos

A memória, “É guardiã infiel das coisas que pensamos” (Santo Agostinho)

A Memória é a capacidade do ser humano de buscar o passado, de recordar e guardar o que o tempo levou, trazendo de volta, não deixando que se perca esta recordação. Conservar o que passou, e certamente não mais retornará. Santo Agostinho em sua obra Confissões escreve:

“Chego aos campos e vastos palácios da memória, onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie... Ali repousa tudo o que a ela foi entregue, que o esquecimento ainda não absorveu nem sepultou.... Aí estão presentes o céu, a terra e o mar, com todos os pormenores que neles pude perceber pelos sentidos, exceto os que esqueci. É lá que me encontro a mim mesmo, e recordo das ações que fiz, o seu tempo, lugar, e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-las. É lá que estão também todos os conhecimentos que recordo, aprendidos pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem.” (Agostinho).

Desde a Grécia, já se discutia o que é memória. Mynemosyne, mãe das Musas, protetora das Artes e da História, tinham a memória como poder sobrenatural, divino. Poetas e adivinhos, eram presenteados por ela com os dons de voltar ao passado, de lembrar. Segundo Aristóteles, (1986) citado por Keides, Batista Vicente (2011, p.12). A memória, então, não é nem sensação nem julgamento, mas é um estado ou qualidade (afeição, afeto) de um deles, quando o tempo já passou.... Toda memória, então, implica a passagem do tempo. Portanto só as criaturas vivas que são conscientes do tempo podem lembrar, e elas fazem isso com aquela parte que é consciente do tempo. (Aristóteles, Apud. 1986, p. 291).

Os Museus executam um papel primordial no trabalho com as memórias. Considerados por muitos como guardiões de memórias, os mesmos possuem capacidade de dar novo significado, de fixar estas memórias, sempre utilizando formas de poder, onde esta memória, nem sempre reflete a realidade as quais se propõe. Atualmente, com a realização de diversos congressos de nível mundial e nacional, novas formas de atuação dos museus foram apresentadas. Os Museus adquiriram diferentes tipologias, onde as pessoas são integradas e valorizadas, não cabendo isto somente aos objetos, como anteriormente ocorria. Os objetos de museu escapam sensivelmente às categorias que lhes são impostas pela museologia tradicional. Em diversos aspectos, os museus e a museologia do presente já não são os mesmos que construíram uma imagem estigmatizada da instituição e dos seus objetos (materiais ou imateriais, virtuais ou atuais) no passado. (Brulon. 2015, p.05).

Já na atualidade, a memória perdeu o valor ou valorou além do necessário. Algumas formas de se registrar e multiplicar informações, documentar através de filmes, fotografias, vídeos, Bibliotecas. No sentido inverso, a desvalorização surpreende pela rapidez com que se perde estas memórias. No mundo contemporâneo que vivemos, o tempo passa rápido. O novo ocupa o lugar do “velho”, o durável perde para o descartável, o concreto para o superficial, o sentimento perde para o vazio, e os idosos, aparecem sendo considerados inúteis, sem sabedoria, isto no Brasil, que vem na contramão de outros países, onde suas experiências e saber são respeitados, conservados.” Longe de uniformizar os indivíduos, a sociedade os distingue – à medida que os homens multiplicam suas relações... cada um deles vai assumindo cada vez maior consciência de sua individualidade”. (Halbwachs,2013, p.22)

Marilena Chaui, (2000) em seu livro Convite a Filosofia cita seis tipos de memória: perceptiva, que nos guia no dia a dia; do hábito, que se grava pela repetição; a fluxo-de-duração-

peçoal, que guarda os tesouros afetivos; a social ou histórica, que se materializa em monumentos e relatos; a biológica, inscrita em nosso código genético; e a artificial, das máquinas que imitam nosso cérebro. Essa cartografia nos ajuda a compreender a complexidade do ato de lembrar e a importância de cada uma de suas manifestações.

1. a memória perceptiva ou reconhecimento, que nos permite reconhecer coisas, pessoas, lugares, etc. e que é indispensável para nossa vida cotidiana; 2. a memória-hábito, que adquirimos por atenção deliberada ou voluntária e pela repetição de gestos ou palavras, até gravá-los e poderem ser repetidos sem que neles tenhamos que pensar; 3. a memória-fluxo-de-duração-peçoal, que nos faz guardar a lembrança de coisas, fatos, pessoas, lugares cujo significado é importante para nós, seja do ponto de vista afetivo, seja do ponto de vista de nossos conhecimentos; 4. a memória social ou histórica, que é fixada por uma sociedade através de mitos fundadores e de relatos, registros, documentos, monumentos, datas e nomes de pessoas, fatos e lugares que possuem significado para a vida coletiva. Excetuando-se os mitos, que são fabulações, essa memória é objetiva, pois existe em objetos (textos, monumentos, instrumentos, ornamentos etc.) e fora de nós; 5. a memória biológica da espécie, gravada no código genético das diferentes espécies de vida e que permitem a repetição da espécie; 6. a memória artificial das máquinas, baseada na estrutura simplificada do cérebro humano. (Chauí. 2000.P 162).

Cada uma destas memórias possui funções distintas. A memória perceptiva, a memória hábito, a memória- fluxo de – duração e a memória social integram os nossos sentidos próprios e coletivos; a memória biológica é instintiva, e a memória artificial é mecânica, é tática. Maurice Halbwachs (1877-1945), em suas pesquisas entende que a memória vai além do individual, analisando que as memórias de um cidadão nunca são só suas, únicas, e que nenhuma recordação pode existir desligada da sociedade. Para ele, " as memórias são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada." (Halbwachs, 2006).

"Será que por isso a memória individual, diante da memória coletiva, é uma condição necessária e suficiente da recordação e do reconhecimento das lembranças? De modo algum, pois se esta primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível reencontrá-la, é porque há muito tempo não fazemos parte do grupo na memória do qual ela se mantinha." Halbwachs, 2006 p. 39.)

Uma memória a ser preservada, individual e coletiva do Idoso(a), o saber, o fazer, patrimônio este que vem sendo esquecido, marginalizado, desprezado. O que somos hoje iniciou nesta geração que está passando. Resguardar, preservar, registrar estes saberes, estas memórias, hora verbais, ora manuais. "Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível" (Halbwachs,2013, p.31). Marilena Chauí escreve na apresentação do livro

[...] "O velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele." Esta, acredito, é sua tese, Ecléa. Por que temos que lutar pelos velhos? Porque são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara, pois, como escrevera Benjamin, só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido

como visado pelo passado. O que foi não é uma coisa revista por nosso olhar, nem é uma ideia inspecionada por nosso espírito é alargamento das fronteiras do presente, lembrança de promessas não cumpridas... Todavia, a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos. Aos idosos cabe um papel fundamental na sociedade, o lembrar. O passado as vezes distante para uns e não para outros, pois alguns relatam com prazer, nos levando a pensar que o ocorrido foi próximo. Recordar a família, a cidade, momentos que marcaram suas vidas, sua geração. Saudade do que se foi, para eles faz bem recordar. CHAUÍ.1995, p 03).

Segundo Nora (1993), se a memória estivesse em permanente processo de rememoração, não haveria necessidade de lugares. No entanto, se a história sente a necessidade de criá-los é justamente porque ela corre o risco de se extinguir, ou seja, há o sentimento entre as minorias de que se não houver comemorações, a história os varreria. Deve-se habitar a memória para que não seja necessário lhe consagrar lugares. Mas se o que defendem não estivesse ameaçado, se estivessem realmente na lembrança viva, os lugares seriam inúteis. (Pinto.2013, p 02)

No Brasil, refletir sobre a velhice especificamente ainda é algo novo, a velhice ainda é invisível para a sociedade atual. E mesmo com as dificuldades encontradas nesse contexto, encontramos comunidades engajadas neste trabalho, como vem fazendo a Associação de Idosos do Brasil desde 1989. Uma história de luta, dificuldades, alegrias, realizações, sonhos..."A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens". (Le Goff. 1990, p.422).

Considerações Finais

Ao final deste percurso, que buscou tecer as vezes com poesia e rigor acadêmico a complexa tapeçaria do envelhecimento no Brasil, emerge um quadro de profundos contrastes. De um lado, a celebração da longevidade, uma conquista da ciência e da resiliência humana; de outro, a sombra da negligência, da insuficiência de políticas públicas e da persistência de estigmas que relegam os mais velhos a um lugar de invisibilidade. A análise do Capítulo I do TCC, que serviu como manancial para este artigo, reafirma a urgência de uma metamorfose no olhar social, que veja o idoso não como um peso, mas como um farol, um repositório de sabedoria e memória.

Nesse contexto, a memória se revela não como um arquivo empoeirado, guardado nas gavetas do esquecimento, mas como um rio vivo que nutre as raízes da identidade e conecta gerações. As vozes de Santo Agostinho, Bosi, Chauí e Halbwachs ecoam em uníssono, lembrando-nos que a memória, em sua infiel fidelidade, é a guardiã de um passado que ilumina o presente e semeia o futuro. Acolher as narrativas dos idosos, honrar suas experiências e reconhecer seu patrimônio imaterial não é apenas um ato de justiça, mas uma condição essencial para a vitalidade de uma sociedade que se pretende justa e plural, onde a velhice seja sinônimo de colheita, e não de abandono.

Os museus, em sua jornada de reinvenção, de templos de objetos a ágoras de encontros, carregam um potencial transformador imensurável. Ao abrirem suas portas e seus corações para as comunidades e para as memórias pulsantes dos idosos, eles se convertem em pontes entre o tempo, espaços onde a história oficial dialoga com as vozes silenciadas e onde a sabedoria ancestral encontra ressonância nas novas gerações. A materialização de sonhos como o Museu

de Idosos do Brasil – MAIB é mais do que um projeto; é um manifesto, um convite para que a memória dos nossos mais velhos seja um legado de libertação, um poema que se recusa a ser esquecido.

Referências

- Teodoro, A. (2010). Educação, globalização e neoliberalismo. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- AGOSTINHO, Santo.(2023) Confissões de Santo Agostinho. Agostinho de Hipona. Tradução - Edward Bouverie Pusey. Barueri, SP:Garnier,
- BOSI, Ecléa. (1979) Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz.
- BRUNO, Brulon. (2015) Os Objetos de Museu, entre a Classificação e o Devir. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.25, n.1, p. 25-37.
- BRUNO, M. C. (2002). A Museologia como uma Pedagogia para o Patrimônio. Ciências e Letras Porto Alegre, v. 31, p. 87-97.
- BRASIL. (2013) Câmara dos deputados. Legislação sobre Museus. Brasília: Edições Câmara.
- BRASIL (2016). Instituto Brasileiro de Museus. Ibram. Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI. Pontos de Memórias Metodologia e Práticas em Museologia Social. Brasília,
- BRASIL. LEI nº 11.904, 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências
- CORSETTI, Berenice. (2000) Neoliberalismo, memória histórica e educação patrimonial. Ciências e Letras. Porto Alegre, Faculdade Porto Alegrense, nº 270.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. (2006) Convite à filosofia. São Paulo: Ática.
- CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. (2013) Museologia Social: Reflexões e Práticas (à guisa da apresentação) retomando a prosa e o verso – Conversar é preciso. Cadernos do CEOM.
- GARCIA, Marco Aurélio. (1992) Tradição, memória e história dos trabalhadores. In: São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH.
- HALBWACHS, Maurice. (2006) A memória coletiva. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Eveline; MONTEIRO, Adriane Q. (1984) Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. LE GOFF, Jacques. Memória. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- LE GOFF, (2010) História e Memória. São Paulo: Unicamp, 2003. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro v. 1.
- MATTEUCCI, Janice de Almeida. (2017) Pensando um Museu de Idosos: Processo Comunitário de Implantação do Museu dos Idosos do Brasil – MAIB. Monografia (Graduação em Museologia) – Não publicada. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia,
- MIRANDA Netto, Antônio Garcia de. (1982) Memória, Informação, Arquivo. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: AAB,
- NORA, Pierre. (1993) Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São

Paulo.

SOUZA, Rildo Bento. (2007) A Máscara do Tempo. Trabalho de Conclusão de Curso publicada. Universidade Federal de Goiás.

VARINE, Hugues de. (2000) O Ecomuseu. Ciências e Letras. Porto Alegre, Faculdade Porto Alegre, nº 27.

_____(2012) As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz.

_____(2017) lança livro sobre patrimônio e desenvolvimento local. Por Kharen Stecca. Entrevista para o site da UFG. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/59782-hugues-de-varine-lanca-livro-sobre-patrimonio-e-desenvolvimento-local>. Acessado em 18/11/2017.

VERAS, Renato Peixoto. (1988) Considerações acerca de um jovem país que envelhece. Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde Pública

_____(1994) País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil/Renato- Rio de Janeiro: Relume Dumará: UERJ.